

EDITORIAL

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Poder, Violência e Políticas Públicas no contexto contemporâneo é o tema que compõe o Dossiê Temático deste número da Revista de Políticas Públicas (RPP), periódico científico semestral publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Este tema é desafiador e relevante, pois coloca em debate dois conceitos historicamente explicados e discutidos de diferentes formas pela Filosofia, Ciências Sociais e Humanas: poder e violência.

Diversas concepções de poder emergem na Idade Moderna e Contemporânea nos contextos do Renascimento, do Iluminismo, das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas nos últimos séculos. Autores como Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, Marx, Weber, Gramsci, Mills, Parsons, Arendt, Foucault, Bourdieu, dentre outros, buscam entender e explicar o poder, em consonância com seus aportes teóricos, relacionando-o com o saber, a epistemologia, as relações sociais, o Estado, as instituições sociais, as macro e as micro relações. Desse modo, o poder é tipificado de vários modos (poder político, poder econômico, poder social, poder simbólico), bem como reconhecido que é exercido de diferentes formas e situações na sociedade contemporânea.

A relação entre poder e violência suscita a compreensão de questões instigadoras nos planos teórico e político. Conceitos, às vezes pensados como idênticos ou estanques, são abordados por estudiosos, especialmente da Ciência Política, evidenciando suas diferenças e, também, a combinação entre eles sentidas e vivenciadas no cotidiano.

A violência não é um fenômeno recente. Manifesta-se e é explicada, contudo, de maneiras e em situações distintas, dependendo da cultura, da sociedade e do tempo em que ocorrem. Não há um conceito único de violência, por ser um fenômeno de caráter multidimensional, complexo e multicausal.

Na atualidade, a violência se acirra diante de uma sociedade globalizada, ainda fundada na exploração/dominação geradas pelo capitalismo, pelas relações de gênero patriarcais e pelo racismo. Cumpre ressaltar a crescente violência causada: pela discriminação e preconceito baseados na orientação sexual e identidade de gênero, nas relações intergeracionais e presença de deficiências. Violência urbana; violência de gênero; violência doméstica e familiar; violência institucional; criminalização de adolescentes, jovens, pobres e negros; trabalho escravo; tráfico de pessoas, homofobia exemplificam algumas das principais expressões da violência no tempo presente.

Essa realidade exige a formulação e execução de políticas públicas que busquem enfrentar as manifestações da violência e sua complexidade de forma ampla e articulada. A prevenção, o combate, a criação de serviços especializados, a capacitação e valorização de profissionais, a participação e o controle social são algumas estratégias possíveis para que a questão da violência deixe de ser considerada uma questão apenas de polícia e repressão. Enquanto expressão da questão social, a violência é um problema público, portanto, requer intervenções do conjunto das políticas públicas: educação, saúde, assistência social, cultura, segurança pública, justiça, trabalho e geração de renda, etc.

À vista das considerações acima se reitera a pertinência e importância do tema Poder, Violência e Políticas Públicas no contexto contemporâneo abordado sob diversificados enfoques. Desse modo, na presente edição da RPP, v.18.n2, convidamos o leitor a refletir sobre as temáticas abordadas nos catorze artigos relacionados ao Dossiê Temático e aos nove que compõem a seção Temas Livres da Revista. Os textos, cujos conteúdos são de responsabilidade dos seus autores e autoras, são apresentados, a seguir, por seção e pela ordem alfabética dos seus títulos.

Renata Costa de Carvalho e Fernando Henrique Taques analisam a criminalidade, com foco no índice de homicídio dos estados brasileiros, exceto o Distrito Federal no texto **A DESIGUALDADE DE RENDA E A EDUCAÇÃO PODEM EXPLICAR A CRIMINALIDADE?** Uma análise para os estados brasileiros. Verificam essa relação também com as despesas efetuadas no país com segurança e defesa nacional, renda e educação, no período de 2001 a 2009. Concluem que as taxas de criminalidade podem ser associadas à desigualdade de renda e com a falta de acesso à educação.

Discutir a problemática da exportação de um modelo perverso de trabalho escravo por meio da Cooperação Internacional do Brasil com países africanos no setor sucroenergético é o objetivo que orienta o texto elaborado por Viviane Regina da Silva, Rogério Santos da Costa e Leonardo Secchi, no artigo denominado **A EXPORTAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: Internacionalização do Modelo Sucroenergético Brasileiro para a África.**

No texto **A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONSTRUÇÃO E O DESAFIO DA GARANTIA DE DIREITOS HUMANOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES:** aspectos de violência estrutural e simbólica, a autora, Cândida da Costa, analisa os elementos que impedem a efetivação de direitos humanos das crianças e adolescentes no Estado do Maranhão, no contexto do que compreende como violência estrutural e simbólica. Analisa também falhas e avanços da Política de Assistência Social na garantia dos direitos básicos de pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social.

CONTROLE DEMOCRÁTICO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E LUTA ANTICORRUPÇÃO: a experiência da Força Tarefa Popular, é o artigo apresentado por Teresa Cristina Coelho Matos e Maria

D'Álva Macedo Ferreira que contém uma reflexão sobre a corrupção no setor público, enfatizando o controle desenvolvido através de mecanismos de democracia direta, como forma de organização e funcionamento do Estado brasileiro. As autoras ilustram o uso de mecanismos de democracia direta no controle da corrupção através da experiência da Força Tarefa Popular – FTP, um movimento de articulação da sociedade civil no Estado do Piauí.

GESTÃO MUNICIPAL DA SEGURANÇA PÚBLICA: responsabilidade dos municípios no combate à violência é o artigo apresentado por Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, Janaildo Soares de Sousa, Adauto Moraes de Araújo Sobrinho, Jennifer Cícera dos Santos Faustino e Francisco Casimiro Filho. Trata-se de um texto cujo escopo é verificar se a adoção de mecanismos de gestão da segurança pública pode produzir impactos nos indicadores de violência. Os autores concluem que o poder municipal no Brasil tende a se omitir dessa função de segurança, o que o enfraquece na luta contra a violência.

No texto **MESSIANISMO E CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL NAS NAÇÕES UNIDAS:** poder, violência e políticas públicas na construção da identidade onusiana, a autora Elisabete Cristina Cruvello da Silveira reflete sobre afinidades e ambiguidades entre messianismo e cultura de bem-estar social no espaço das Nações Unidas.

Denomina-se **MIGRAÇÃO, TRÁFICO DE PESSOAS E TRABALHO DOMÉSTICO** o artigo da autora portuguesa, Natália Ramos. Trata dos percursos migratórios que, do seu ponto de vista, estão mais complexos, feminizados, qualificados, internacionalizados e individualizados, atingindo todos os continentes, países, gêneros, classes sociais e gerações. Em razão desse fato, considera importante enfrentar o processo migratório mediante abordagem integrada e multi/interdisciplinar, baseada nos direitos humanos fundamentais e em políticas públicas adequadas.

Descortinar as contradições entre o tratamento legislativo da população em situação de rua e a atuação estatal é o propósito do artigo apresentado por Danielle Anne Pamplona e Karoline Strapasson denominado **O DIREITO EM CONTRADIÇÃO:** direitos humanos, atuação estatal e população em situação de rua.

O ensaio **PODER, VIOLÊNCIAS E POLÍTICA NO CAMPO DA SEGURANÇA PÚBLICA** de Irme Salete Bonamigo e Luiz Carlos Chaves toma

como referência uma cidade média de Santa Catarina e o percurso histórico das políticas de segurança pública para compreender sua lógica, seu processo e seus efeitos. Conclui que, mesmo com os esforços governamentais da última década em introduzir conteúdos de direitos humanos na formação técnica, esse campo ainda mantém a lógica tradicional de uso da violência institucional.

O artigo de autoria de Virginia Paes Coelho, Daniela Beatriz dos Santos Ferreira, Ieda Francisco de Paulo Matias de Alexandria e Maria Angélica Varella Gomes, denominado **REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA**: poder e dominação nas relações sociais de sexo, toma por base a estrutura sociocultural e as formas como são engendrados valores, comportamentos e atitudes para analisar a institucionalização da violência no âmbito das relações de gênero.

Raimunda Nonato da Cruz Oliveira e Lucia Cristina dos Santos Rosa apresentam aspectos da questão social indígena contemporânea, com ênfase no perfil saúde-doença e seu enfrentamento pelo Estado, no artigo intitulado **SAÚDE INDÍGENA EM TEMPOS DE BARBÁRIE**: política pública, cenários e perspectivas. Refletem que o avanço do capitalismo e a incapacidade das políticas públicas são os determinantes da deterioração das condições de vida dessa população e da reduzida efetividade das práticas profissionais nesse campo.

No artigo **UNIDADES PARANÁ SEGURO E SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CURITIBA**: uma avaliação quantitativa local da implementação das unidades, Andréa Benetti Carvalho de Oliveira, Thomaz Teodorovicz, Luiz Alberto Esteves e Marlon Alves Cardoso mensura o impacto das Unidades de “policimento comunitário-Paraná Seguro”, sobre a criminalidade em Curitiba. Os resultados do estudo indicam que, embora o impacto dessa forma de intervenção pública sobre os crimes relativos às drogas não tenha sido significativo, houve redução nos homicídios e decréscimo dos crimes contra o patrimônio.

Com o objetivo de problematizar a importância da notificação compulsória como instrumento de viabilização dos direitos sociais voltados para as mulheres vítimas de violência doméstica, as autoras Mariana Frizheiro da Silva Cruz Freire e Rachel Gouveia Passos expõem a necessidade da ampliação do atendimento à saúde das mulheres no texto **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**:

problematizando a notificação compulsória no município de São Gonçalo/RJ.

No último texto do Dossiê Temático, **VIOLÊNCIA E A DESTRUTIVIDADE DA SOCIEDADE DO CAPITAL**: consequências para as políticas públicas, as autoras Sílvia Moreira Trugilho e Raquel de Matos Lopes Gentili, analisam como a mundialização do capital e sua desregulamentação neoliberal incidem no esgarçamento da sociabilidade, cuja processualidade fenomênica pode ser observada nas atuais formas de violência.

Concluindo o Dossiê Temático, destacam-se uma **ENTREVISTA** e uma **RESENHA**. A primeira concedida a Jacira do Nascimento Serra por Vicente de Paula Faleiros que, além de militante dos direitos humanos, autor de vasta bibliografia e investigador nessa área. A resenha elaborada por Mary Ferreira do livro de “I EK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira publicado pela: Boitempo: São Paulo, 2014”.

No primeiro texto da seção Temas Livres, denominado **A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO PROCESSO DE RESTAURAÇÃO DA DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL**, os autores Adilson Aquino Silveira Júnior e Simone Souza Leite analisam as mediações no campo da assistência social que contribuem para a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil, destacando o papel dos programas de transferência de renda entendidos como parte dos processos de passivação das classes subalternas no país.

Airton Lopes Amorim, Ricardo Bruno Nascimento dos Santos, Eliane Pinheiro de Sousa e Daniel Arruda Coronel são os autores do artigo **EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE CONVERGÊNCIA DA DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE OS MUNICÍPIOS CEARENSES**. Nesse trabalho, considerando os anos 1991 e 2000, com base no índice de Gini e suporte nas variáveis renda *per capita* e anos de estudo, medidas no período inicial, os autores analisam se essa convergência ocorreu nos municípios em foco. Concluem que, embora não se tenha verificado essa convergência, esses municípios estariam se tornando mais concentradores de renda per capita.

FORMULAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE: retrospectiva do movimento dos grupos de interesse é o artigo de autoria de Priscila Almeida Andrade e Denise Bomtempo Birche de Carvalho. Trata-se de uma reflexão sobre o processo de formulação da

Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), a partir da inclusão desse tema na agenda governamental e da conformação de grupos de interesse. O artigo constata que a inserção da ciência, tecnologia e inovação na agenda do Ministério da Saúde e a constituição de uma rede nacional de políticas públicas para o desenvolvimento científico e tecnológico, de abrangência intersetorial, resultou na aprovação da PNCTIS em 2004. Conclui que esse esforço gera o ambiente favorável para a institucionalização da gestão científico-tecnológica na agenda sanitária brasileira.

Flávia Ferreira de Paula e Célia Regina Delácio Fernandes refletem sobre a literatura infanto juvenil, as políticas públicas de leitura no Brasil e suas relações com a formação de leitores no texto **LITERATURA INFANTOJUVENIL, POLÍTICAS PÚBLICAS DE LEITURA E FORMAÇÃO DE LEITORES**.

No artigo **O CICLO MINERAL E A URGÊNCIA DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL**: o caso do município de Parauapebas no sudeste do Estado do Pará, José Raimundo Barreto Trindade, Wesley Pereira de Oliveira e Gedson Thiago do Nascimento Borges abordam as contradições do acelerado processo de crescimento econômico e demográfico decorrente do ciclo de acumulação mineral no município de Parauapebas. Além disso, analisam as condições de estabelecimento de políticas locais que ensejam uma dinâmica de desenvolvimento distinta da atual base de exploração mineral.

OS DESAFIOS DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE GESTÃO E DE CONTROLE SOCIAL é o texto apresentado por Regina Claudia Laisner e Camila Gonçalves de Mario. Tem como propósito discutir a avaliação como um instrumento estratégico de gestão e de controle social. Nestes termos, reiteram a linha argumentativa que trata a avaliação como elemento integrante do ciclo da política. Consideram também a necessidade de incorporar elementos das dimensões qualitativa e normativa no processo avaliativo superando a perspectiva dominante que valoriza a dimensão técnica ou quantitativa.

Guilherme Nunes Martins e Wellington Ribeiro Justo, no artigo **PREVISÃO PELO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO**: uma aplicação dos modelos box-jenkins, discutem a demanda por este serviço, com

vistas a subsidiar o processo de tomada de decisão quanto à alocação de recursos disponíveis e de elaboração de políticas mais efetivas nesse campo particular.

No artigo **PROBLEMAS PARA LA CONFORMACIÓN DE GOBIERNOS METROPOLITANOS**: apuntes para su discusión, Luis Alberto Salinas Arreortua, reflete sobre a formação de governos metropolitanos de caráter supramunicipal ou intermunicipal nas zonas metropolitanas em geral, e, de maneira particular, na Zona Metropolitana da Cidade do México. Destaca os fatores jurídicos, políticos e econômicos que obstaculizam a criação de governos metropolitanos, a partir da análise da política de escala.

Jane Marchi Madureira e Sinclair Mallet Guy Guerra, neste último artigo da seção Temas Livres, denominado **PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DO BIODIESEL**: divergências sobre os resultados sociais da política de biocombustíveis fazem um mapeamento das principais discussões em torno dos resultados sociais que este Programa vem apresentando. Concluem que, mesmo em face da mobilização estatal, até o presente, não há consenso em relação aos ganhos sociais efetivos atribuídos a ele, nem tampouco em relação ao desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste.

Na seção de comunicações, destaca-se a informações gerais sobre a VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, evento promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas/UFMA e que será realizado em São Luís-Ma, no período de 25 a 28 de agosto de 2015, com o tema **"PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL: experiências e antecipações concretas"**.

Espero que essa edição da RPP contribua para aprofundar o debate sobre as Políticas Públicas principalmente, sobre o tema que orienta seu Dossiê Temático **PODER, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO**.

Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha

Assistente Social

Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

E-mail: lourdesleitaorochoa@yahoo.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 - Bacanga, São Luís - MA

CEP: 65080-805